

IV-173 - ESTUDO AVALIATIVO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS FEDERAIS NO ÂMBITO DO SISTEMA CEIVAP/AGEVAP

Mariana da Costa Facioli

Administradora de Empresas e Pós-graduada em Gestão Ambiental de Bacias Hidrográficas pela COPPE/UFRJ. Especialista em Recursos Hídricos da AGEVAP – Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Endereço: Estrada Resende Riachuelo, nº 2.535, Morada da Colina - Resende - RJ - CEP: 27.523-000 - Brasil
- Tel: (24) 9296-9023 - e-mail: marianafacioli@hotmail.com

RESUMO

A Lei Federal 9.433/97 objetiva, resumidamente, aumentar a disponibilidade hídrica, melhorar a qualidade da água e incentivar a sua racionalização. Para tanto, faz previsão de instrumentos que impulsionam ações nessa direção, dentre os quais, a cobrança pelo uso da água. Além de instrumentos, também foram previstos diversos novos organismos cujas funções convergem para a mesma finalidade. O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo avaliativo sobre a implantação e operacionalização do instrumento “cobrança” pelo uso dos recursos hídricos federais na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, no âmbito do Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul e de sua Agência (CEIVAP/AGEVAP), desde a sua concepção passando pela idealização do sistema, pelo processo de negociação para a implantação da cobrança, sua primeira revisão, até a discussão sobre o aperfeiçoamento de sua metodologia, apontando avanços e desafios. Por se tratar de um assunto deveras recente, o estudo contempla alguns dados obtidos na fonte onde são produzidos, como: reuniões, publicações do CEIVAP e da AGEVAP e órgãos gestores, além de artigos elaborados por pessoas que contribuíram para a evolução do sistema.

PALAVRAS-CHAVE: Bacia do Rio Paraíba do Sul, Cobrança, Recursos Hídricos, CEIVAP/AGEVAP.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituídos pela Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (“Lei das Águas”), e complementados pela Lei Federal 9.984, de 17 de julho de 2000, criadora da Agência Nacional de Águas objetivam, em síntese, assegurar disponibilização de água de qualidade à atual e às futuras gerações, estimular a racionalização do uso e prevenir eventos hidrológicos críticos. Para tanto, além dos instrumentos (plano de recursos hídricos, enquadramento dos corpos hídricos, outorga e cobrança pelo uso e sistema de informações sobre recursos hídricos), são partes integrantes do Sistema: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, a Agência Nacional de Águas - ANA, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados – CERH(s) e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH(s), os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e do Distrito Federal cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água, conforme *figura 1*.

Os principais conceitos político-institucionais atualmente adotados na gestão hídrica são: a bacia hidrográfica como unidade para implementação da gestão e a descentralização promovida pelo cunho participativo da política.

Conforme preconizado pela “Lei das Águas”, artigo 22, a cobrança pelo uso da água deve ser precedida pelo Plano de Recursos Hídricos (PRH) e os recursos financeiros arrecadados devem ser destinados ao financiamento de estudos, programas, projetos e obras previstos no Plano.

A ANA, no de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei 9.984/00 e, objetivando estimular e apoiar a implementação da gestão na bacia, custeou seu PRH onde foi proposta uma fórmula de cobrança pelo uso da água em rios federais da bacia do rio Paraíba do Sul. A arrecadação estimada no estudo (entre 14 e 30 milhões anuais), além de possibilitar a implementação da cobrança, possibilitaria também a criação de uma agência de bacia que operacionalizasse as deliberações do CEIVAP, principalmente quanto à aplicação dos recursos em melhorias para a bacia.

O Comitê de Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul foi instituído pelo Decreto Federal nº 1.842, de 22 de março de 1996. Em 29 de novembro de 2002 o CEIVAP foi autorizado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos a criar sua “Agência de Água” (AGEVAP), conforme consta na Resolução CNRH nº 26.

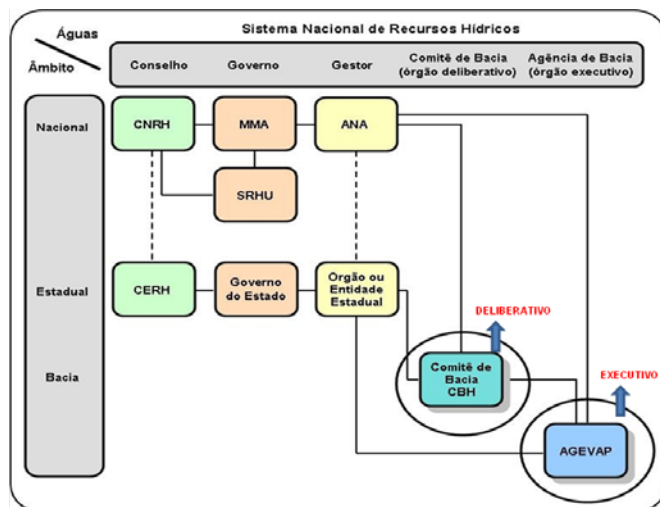


Figura 1: Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

À Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP – criada nos termos da Deliberação CEIVAP nº 12, de 20 de junho de 2002, foram atribuídas às funções e atividades inerentes à Agência de Água, inclusive as de Secretaria Executiva do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP. A AGEVAP é uma associação de direito privado, sem fins econômicos, composta de Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria-Executiva.

A área de atuação da AGEVAP compreende a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. A área de drenagem da bacia, segundo informação atualizada pela Superintendência de Gestão da Informação (SGI) da ANA, tem cerca de 62.074 km² e contempla os estados de São Paulo (na região conhecida como Vale do Paraíba Paulista), de Minas Gerais (denominada Zona da Mata Mineira) e de metade do estado do Rio de Janeiro. Em toda a sua extensão há atualmente 184 municípios (Dado atualizado conforme Resolução CNRH N. 84, de 27/03/2008 e Decreto N. 6.591, de 01/10/2008), sendo: 39 municípios no Estado de São Paulo, 88 no Estado de Minas Gerais e 57 no Estado do Rio de Janeiro.

São sete os comitês das bacias afluentes estaduais que compõe a bacia do Paraíba do Sul (*figura 2*):

- 1.) São Paulo: CBH PARAÍBA DO SUL;
- 2.) Minas Gerais: PS1 – CBH PRETO E PARAIBUNA e PS2 – CBH POMBA E MURIAÉ;
- 3.) Rio de Janeiro: CBH MÉDIO PARAÍBA DO SUL; CBH PIABANHA, PAQUEQUER E PRETO; CBH RIO DOIS RIOS E CBH BAIXO PARAÍBA DO SUL.

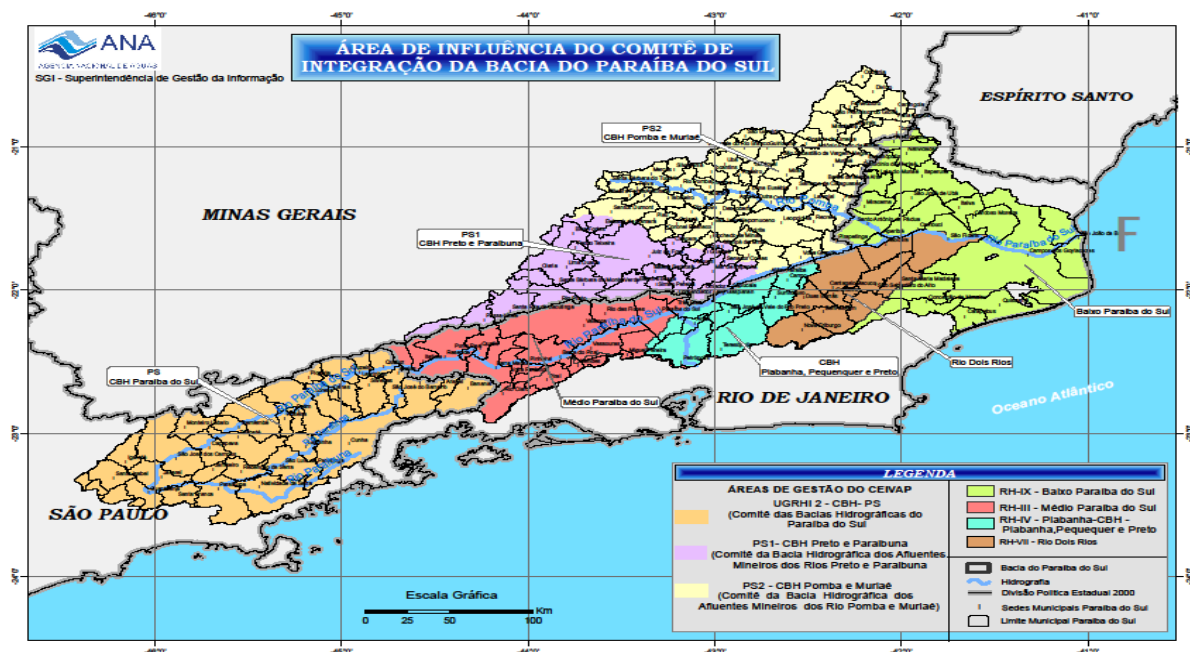


Figura 2: Mapa da Bacia do rio Paraíba do Sul - Áreas dos Comitês Afluentes. (ANA: 2010)

O rio Paraíba do Sul é formado pela união dos rios Paraíbauna e Paraitinga (SP) e entre os principais formadores da margem esquerda destacam-se os rios Paraíbauna mineiro, Pomba, Muriaé (MG). Na margem direita os afluentes mais representativos são os rios Piraí, Piabanha e Dois Rios (RJ). Além de ser altamente industrializada e densamente povoada (contempla aproximadamente 14 milhões de pessoas) a bacia comporta diversas usinas hidrelétricas e uma transposição de águas, nas proximidades do município de Barra do Piraí (RJ), para a bacia do rio Guandu, abastecendo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e áreas adjacentes e, conforme consta no Plano de Recursos Hídricos da bacia, “a cobrança sobre as águas transpostas foi objeto de muita discussão no âmbito do CEIVAP, em conjunto com o Comitê Guandu, uma vez que envolve uma multiplicidade de variáveis e atores.”

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul teve início em março de 2003 e, em março de 2004, através da Resolução nº 38 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, a AGEVAP foi reconhecida como entidade delegatária das funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Pioneira no cenário nacional por incidir, pela primeira vez, sobre águas de domínio da União e por possibilitar o início efetivo da gestão de bacia em rio federal, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos precisava de um instrumento jurídico que possibilitasse o retorno dos recursos financeiros à bacia para que pudessem ser destinados às ações de preservação e recuperação priorizadas pelo CEIVAP e para que as mesmas pudessem ser operacionalizadas pela AGEVAP.

Conforme disposto no artigo 1º da Lei 10.881/04, o Contrato de Gestão é o instrumento jurídico que possibilita o repasse dos recursos financeiros através de um acordo entre a ANA e a AGEVAP, com a anuência do CEIVAP, onde são estabelecidas as responsabilidades de ambos os lados, as metas a serem alcançadas com base em indicadores e os critérios de avaliação final. Após a assinatura do Contrato de Gestão os recursos financeiros da cobrança começaram a ser transferidos da ANA à AGEVAP e aplicados em ações hierarquizadas pelo Comitê. Desde o início da cobrança em 2003 até o final do exercício de 2010 foram arrecadados pela ANA e repassados à AGEVAP um total de R\$ 67,8 milhões (inclusos os rendimentos financeiros de aplicação) e aplicados R\$ 21,8 milhões em ações de preservação e recuperação da bacia. A metodologia da cobrança, desde a sua implantação em 2003, passou por uma revisão em 2007 e, a partir do ano de 2009 foi iniciado um estudo para seu aperfeiçoamento.

Entre avanços e desafios, o CEIVAP e a AGEVAP se fortalecem no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos pela adiantada implementação dos instrumentos e podem ser tomados como referência para outras bacias, motivo pelo qual se torna fundamental a difusão de seu caminhar.

OBJETIVO

O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo avaliativo sobre a implantação e operacionalização da cobrança pelo uso dos recursos hídricos federais na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul desde a sua concepção e implantação até os dias atuais, traçando um paralelo entre o planejado, as expectativas quanto aos recursos financeiros que seriam arrecadados e administrados, e o que ocorre efetivamente. A referida Bacia Hidrográfica foi a primeira a implantar o instrumento da cobrança em rios de domínio da União, considerando o previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos.

METODOLOGIA

A metodologia para desenvolvimento do estudo dar-se-á de forma cronológica (*tabela 1*) e consistirá de:

- ✚ Levantamento e análise de dados relacionados ao processo de planejamento e implantação da cobrança na bacia (Plano de Recursos Hídricos – 2002/2006);
- ✚ Metodologia da cobrança;
- ✚ A operacionalização da aplicação dos recursos financeiros;
- ✚ 1ª Revisão da cobrança (a partir de 2007);
- ✚ 2ª Revisão da cobrança (em processo de discussão desde 2009);
- ✚ Sobre arrecadação e aplicação dos recursos;
- ✚ Avanços e desafios do processo de cobrança no Sistema CEIVAP/AGEVAP.

Tabela 1: Cronologia do Processo de Implantação da Cobrança

PERÍODO		CRONOLOGIA DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA DE RIOS FEDERAIS NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL
1996	Março	Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996 - Institui o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP
1997	Janeiro	Lei Federal 9.433 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
2000	Julho	Lei Federal 9.984 – Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
2001	Fevereiro	Início formal do processo da cobrança (Encontro ANA-CEIVAP, em Volta Redonda – RJ, com o Diretor Presidente da ANA).
	Março	Deliberação CEIVAP nº 03/2001 - Dispõe sobre a cobrança pelo uso da água na bacia.
	Abril	Intenso processo de discussão e construção de consenso com usuários e sociedade civil.
	Novembro	Deliberação CEIVAP nº 08/2001, que dispõe sobre modificações significativas dos critérios iniciais para a cobrança dos setores industrial e de saneamento e institui condições prévias para a operacionalização da cobrança.
	Dezembro	
2002	Março	Resolução CNRH nº 19/2002 - Aprovação dos valores de cobrança na bacia do Paraíba do Sul.
	Fevereiro	Proposição, discussão e negociação sobre a metodologia e critérios de cobrança para outros setores usuários e sobre usos insignificantes.
	Outubro	Deliberação CEIVAP nº 16/2002 - Aprova o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, em atendimento à Deliberação CEIVAP nº 08/2001 .
	Novembro	Deliberação CEIVAP nº 15/2002 - Dispõe sobre medidas complementares para a implementação da cobrança e, em seu artigo 5º, determina que, para a cobrança dos usos de recursos hídricos para transposição do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, deverão ser negociados critérios a serem aprovados no âmbito da ANA, Governo do Estado do Rio de Janeiro, CEIVAP e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.
	Novembro	Resolução CNRH nº 27/2002 - Define valores e critérios para a cobrança.
	Novembro	Aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul através da Deliberação CEIVAP nº 16/2002.
2003	Março	Início efetivo da cobrança pelo uso da água.
	Maio	Deliberação CEIVAP nº 20/2003 - Dispõe sobre a operacionalização da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul.
2004	Março	Deliberação CEIVAP nº 24/2004 - Aprovou os mecanismos e valores de cobrança para o setor de mineração de areia em leito de rio e prorrogou o prazo para a definição sobre a transposição por mais um ano.
	Março	Resolução CNRH nº 38/2004 - Delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, para desempenhar as funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, previstas nos arts. 41 e 44 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
	Junho	Lei Federal 10.881 - Dispõe sobre os Contratos de Gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União.
	Setembro	Celebração do Contrato de Gestão entre ANA e AGEVAP
2005	Março	Deliberação CEIVAP nº 43 - Prorroga por mais 6 meses o prazo para a definição de metodologia e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu.
	Março	Resolução CNRH nº 48 – Artigo 7º, § 2º: “Os Comitês de Bacia Hidrográfica poderão instituir mecanismos de incentivo e redução do valor a ser cobrado pelo uso dos recursos hídricos, em razão de investimentos voluntários para ações de melhoria da qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial, que resultem em sustentabilidade ambiental da bacia e que tenham sido aprovados pelo respectivo Comitê.”
	Setembro	Deliberação CEIVAP nº 52 - Propõe valor de cobrança pelo uso das águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu.
2006	Setembro	Deliberação CEIVAP nº 65 - Estabelece novos mecanismos e valores para a cobrança pelo uso da água, a partir de 2007 e prevê a realização de estudos para aperfeiçoamento da cobrança. (1ª Revisão)
	Outubro	Deliberação CEIVAP nº 70 - Estabelece mecanismo diferenciado de pagamento na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, posteriormente ratificadas (Deliberações CEIVAP 65 e 70) pelo CNRH por meio da Resolução nº 64, de 7 de dezembro de 2006.
	Dezembro	Resolução CNRH nº 66 - Aprovação do valor proposto pelo CEIVAP, através da Deliberação nº 52/2005, para cobrança das águas transpostas para o rio Guandu.
2007	Janeiro	Início da operacionalização da nova metodologia da cobrança.
2009	Setembro	Contratação de consultoria especializada para elaboração de estudos para o aperfeiçoamento da metodologia da cobrança. (2ª Revisão)

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA COBRANÇA NA BACIA (PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS – 2002/2006)

Por tratar-se de um tema muito específico, as fontes das informações do processo de implantação da cobrança foram extraídas de artigos publicados por profissionais e interessados no processo, publicações do próprio CEIVAP, AGEVAP e órgãos gestores e atas de reuniões.

Segundo JOHNSON et. al (2003), o processo de discussão e negociação em torno da cobrança pode ser descrito nas seguintes fases, a saber:

➤ Entendimento da dinâmica do processo:

“Apesar de aprovada a proposta inicial de cobrança em primeira instância, tanto pelas Câmaras Técnicas quanto pelo plenário do CEIVAP em março de 2001, era sabido que restava um longo caminho até a operacionalização da cobrança. Embora a metodologia adotada fosse de grande simplicidade e relativa facilidade de aplicação, a sensibilização e mobilização dos usuários potencialmente pagadores sequer haviam iniciado.

De fato a discussão aprofundada em torno das propostas metodológicas e dos critérios de cobrança ocorreu entre a aprovação da proposta inicial e a aprovação, em segunda instância, pelo CEIVAP, em novembro de 2002.

As mudanças introduzidas, em termos de critérios e condições prévias para o início da operacionalização da cobrança, refletem boa parte da luta-cooperação durante esse período, entre os diferentes atores envolvidos no processo de gestão da bacia do rio Paraíba do Sul.”

➤ Participação dos diversos setores:

Quando se iniciou a discussão sobre a cobrança no âmbito do CEIVAP houve intensa participação dos diversos setores usuários tanto nas reuniões Plenárias quanto nas de Câmara Técnica.

Os usuários de um mesmo setor tendiam a se articular e a convergir quanto aos seus posicionamentos nas negociações. Dessa forma foi possível identificar os atores mais atuantes na bacia, sua postura em relação à cobrança, sua organização e liderança, bem como suas capacidades propositivas.

Foram os agentes privados usuários das águas, em particular os usuários industriais e as empresas do setor elétrico, que demonstraram maior capacidade organizativa imediata para a questão, inclusive para a defesa dos seus interesses no processo de negociação.

Pode-se afirmar que foram eles os mais mobilizados, os mais propositivos e os mais resistentes durante todo o processo de discussão e negociação.

Ainda segundo JOHNSON et. al (2003), devido ao caráter pioneiro da Lei das Águas que apregoa a descentralização, a participação, institui a água como bem público e prevê sua cobrança, algumas dúvidas e desconfiças dos atores foram geradas ao longo do processo. É possível observar na **tabela 2** as principais inseguranças dos atores durante o processo de implantação da cobrança.

Tabela 2: Dúvidas e Esclarecimentos no Processo de Implantação da Cobrança (2001 – 2003)

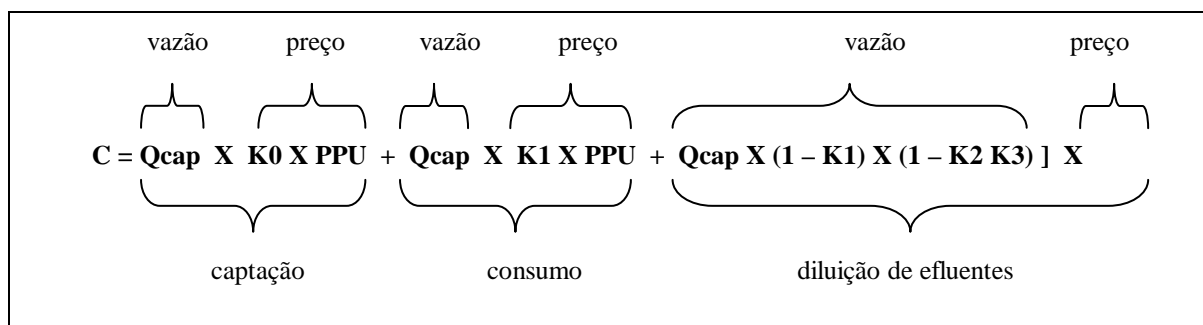
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA COBRANÇA NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS AOS ATORES – 2001/2003		
Questões	Dúvidas e Desconfianças	Esclarecimentos e Soluções
Retorno dos recursos financeiros da cobrança à bacia	Apesar do artigo 22 da Lei 9.433/97 trazer que os recursos financeiros retornariam “prioritariamente” à bacia onde foi originada a arrecadação, os membros do Comitê entendiam que o recurso deveria retornar “exclusivamente” à bacia de origem. O receio era que o valor pago se transformasse em um imposto com destinação incerta.	Esse impasse foi solucionado após muita discussão e após o entendimento do fluxo financeiro da cobrança apresentado pela ANA, que garantia o retorno do recurso à bacia de origem.
Formatação e aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia	“Essa exigência, formalizada durante o processo de negociação, tem estreita relação com a preocupação anterior do retorno dos recursos arrecadados para a bacia: ‘Os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul serão aplicados de acordo com o Programa de Investimentos e Plano de Recursos Hídricos aprovados pelo CEIVAP’ (Deliberação CEIVAP nº 08, de 06/12/2001).	Foi consensado que seria necessário somente formatar o plano com base nos relatórios PQA (Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica na Bacia do Rio Paraíba do Sul) e no Programa Inicial de Investimentos, entretanto, foi decidido posteriormente efetuar uma revisão parcial do programa de investimentos adequando as ações propostas em 2000 aos objetivos e interesses do CEIVAP (Deliberação nº 16/2002).”
Universalização da cobrança	O universo de usuários-pagadores indicado na proposta inicial da cobrança (2001) contava com as 40 maiores indústrias poluidoras dos três estados e os serviços de água e esgoto de municípios com população superior a 10 mil habitantes. Essa proposta foi recusada e o início da cobrança foi condicionado à sua reformulação. A única isenção de obrigatoriedade aceita no processo de negociação foi para os “usos insignificantes” para efeito de outorgas de direito de uso, previstos na Lei nº 9.433/97, o que também foi colocado como condição prévia para o início da cobrança na Bacia do rio Paraíba do Sul. O setor industrial destacadamente manifestou preocupações de equidade entre os grandes usuários das águas da bacia ao reivindicar a adesão de outros setores, principalmente o agropecuario e a transposição das águas da Bacia do rio Paraíba do Sul para o Complexo Light/Bacia do rio Guandu.	A cobrança proposta inicialmente que visava abranger apenas o setor industrial e de saneamento básico passou então a abranger os “usos previstos em lei”. A proposta final incorporou pequenas centrais hidrelétricas–PCHs, o setor de mineração, tipificados como indústrias, que fizessem uso de águas superficiais de domínio da União no processo extrativo ou de beneficiamento (pedreiras de granito, mármore, brita), agropecuária.
Regularização de usos	Essa questão, manifestada desde o início, foi fortemente reivindicada pelo setor usuário ao final da primeira fase de discussão. Ela está diretamente relacionada à questão da universalização da cobrança a todos os usuários dos principais segmentos e tem implicações diretas na outorga de direitos de uso. Por essa razão, a ANA optou por efetuar uma “chamada oficial” dos usuários da bacia do rio Paraíba do Sul, em parceria com os Estados, mediante edital amplamente divulgado na mídia escrita e falada, para regularização da outorga de captação, consumo e diluição de efluentes.	A campanha de regularização de usos, mediante convocatória conjunta da Agência Nacional de Águas e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, foi efetuada entre 16 de setembro a 16 de dezembro de 2002. Considerada como bem-sucedida diante dos números registrados (3.645 cadastros), o cadastramento exigiu grandes esforços técnicos e institucionais em curto espaço de tempo e é considerada uma experiência piloto pela ANA.
Criação da Agência de Água da Bacia	Era previsto desde o início do processo a criação da Agência de Água da Bacia do Rio Paraíba do Sul, formalmente criada em 2002 e devidamente autorizada pelo CNRH.	O Conselho de Administração foi definido e empossado na reunião plenária do CEIVAP em outubro de 2002.
Impacto da cobrança na população	Organizações da sociedade civil e serviços municipais de água e esgoto manifestaram preocupações com o impacto da cobrança na população e ressaltaram a importância de informar minimamente aos consumidores domésticos finais sobre a proposta de implementação da cobrança. Algumas organizações civis se posicionaram contrárias à cobrança até o claro entendimento dos seus objetivos e das propostas de aplicação dos recursos arrecadados; elas reivindicaram inclusive mecanismos de isenção da cobrança junto aos consumidores domésticos mais pobres.	Os serviços de água e esgoto reagiram mais favoravelmente, mas temeram não somente a reação da população ao eventual aumento da tarifa de água e esgoto, mas também o consequente aumento da inadimplência que já é relativamente alto em algumas cidades da bacia.

METODOLOGIA DA COBRANÇA

O Plano de Recursos Hídricos da bacia traz que a metodologia aprovada para a primeira fase da cobrança pelo uso da água na bacia, que ocorreu de 2003 a 2006, visava, fundamentalmente à consolidação do processo de gestão da bacia do rio Paraíba do Sul e à implementação, em curto prazo, de ações de gestão e recuperação ambiental hierarquizadas pelo CEIVAP. O Plano observa ainda, que nessa primeira etapa, a boa aceitabilidade por parte dos usuários-pagadores - aproximadamente 300 (trezentos) - e da comunidade em geral foi resultante da simplicidade da metodologia de cobrança que, por ser de fácil compreensão e ter parâmetros facilmente quantificáveis, facilitou o entendimento e a pactuação de valores entre os atores envolvidos e pela fixação de valores de cobrança através de processo participativo, com o envolvimento efetivo dos usuários.

Para melhor entendimento, a fórmula da cobrança expressa na **figura 3** foi desmembrada em três partes:

- 1ª Parte: **CAPTAÇÃO** (cálculo correspondente ao volume captado do rio);
- 2ª Parte: **CONSUMO** (cálculo correspondente ao volume consumido, que não retornará ao rio);
- 3ª Parte: **DILUIÇÃO DE EFLUENTES** (cálculo correspondente ao despejo de efluentes no corpo receptor; incorpora, ainda, reduções de valor decorrente do percentual de efluentes tratados (K2) e, também, do nível de eficiência desse tratamento (K3)).



$$C = \underbrace{Q_{cap} \times K_0 \times PPU}_{\text{captação}} + \underbrace{Q_{cap} \times K_1 \times PPU}_{\text{consumo}} + \underbrace{Q_{cap} \times (1 - K_1) \times (1 - K_2 \times K_3) \times PPU}_{\text{diluição de efluentes}}$$

Figura 3: Metodologia de cobrança vigente até o ano de 2006.
(Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul: 2006)

Onde:

Qcap = volume de água captada durante um mês (m³/mês). Informação fornecida pelo usuário.

K0 = multiplicador de preço unitário para a captação definido pelo CEIVAP

K1 = coeficiente que não retorna ao manancial. Informação fornecida pelo usuário.

K2 = percentual do volume de efluentes tratados em relação ao volume total de efluentes produzidos (índice de cobertura de tratamento e efluentes domésticos ou industriais), relação entre a vazão efluente tratada e a vazão efluente bruta. Informação fornecida pelo usuário.

K3 = nível de eficiência de redução de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) na estação de tratamento de efluentes. Informação fornecida pelo usuário.

PPU = Preço Público Unitário correspondente à cobrança pela captação, consumo e diluição de efluentes para cada m³ de água captada (R\$/m³), definido pelo CEIVAP.

A vazão consumida é expressa pela multiplicação da vazão captada pelo coeficiente K1 que representa a parcela consumida da vazão captada. Já a caracterização do uso qualitativo é singular. Normalmente, os mecanismos de cobrança utilizam como parâmetro para o uso qualitativo a carga de poluentes lançada. Nessa metodologia, entretanto, o uso qualitativo é caracterizado através da vazão efluente, independente da carga de DBO nela presente. Essa imperfeição é justificada pelas condicionantes da fórmula – simplicidade e aplicabilidade.

O preço unitário foi definido pelo CEIVAP por meio de simulações que consideraram o montante total a ser arrecadado e o impacto da cobrança sobre os usuários. Dessa forma, o valor final do preço público unitário (PPU), foi definido pelo CEIVAP como R\$ 0,02/m³.

Em relação aos coeficientes, foram inseridos o “K0” e o “(1 – K2 * K3)”.

O coeficiente K0 foi introduzido na fórmula com a preocupação de considerar a captação como um fato gerador de cobrança, tal qual o consumo e a diluição de efluentes. O fato de um usuário dispor de uma “reserva de água”, correspondente à sua outorga, já é motivo suficiente para haver a cobrança, pois essa água reservada não poderá ser utilizada por outro usuário. Ao se instituir um K0 menor que 1, procurou-se estabelecer que a captação é menos impactante do que o consumo, uma vez que esta última indisponibiliza a água para outros usuários. O valor dado ao K0 foi definido pelo CEIVAP como 0,4.

Quanto ao aspecto de qualidade, foram considerados os esforços dos usuários que buscam racionalizar o uso da água através da redução dos níveis de DBO dos seus efluentes. Para isso, foi inserido o coeficiente $(1 - K^2 * K^3)$, que reduz o valor da cobrança em função da redução de carga de DBO lançada. O termo K^2 refere-se à cobertura do tratamento e o termo K^3 , à sua eficiência. Esse coeficiente representa mais um esforço de flexibilização da fórmula da cobrança.

Tabela 3: Valores e Critérios – 2003 – 2006
(Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul : 2006)

VALORES E CRITÉRIOS DE COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA – 2003 a 2006			
SETOR	PPU (R\$/m³)	OUTROS CRITÉRIOS	USO INSIGNIFICANTE
Saneamento e Indústria	0,02	-	1 Litro/segundo
Agropecuária	0,0005	DBO=0, exceto suinocultura Impacto < 0,5% custo produção	
Aquicultura	0,0004	Consumo e DBO=0 Impacto < 0,5% custo produção	
Mineração de Areia	0,02	Cálculo das vazões a partir da produção de areia, da razão de mistura e do teor de umidade	
PCHs	-	0,75% x Energia Gerada x TAR	1 MW

A OPERACIONALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Em 9 de junho de 2004, foi promulgada a Lei 10.881 que traz no caput: “*Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Água relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências*”.

Em setembro do mesmo ano, a Agência Nacional de Águas e a AGEVAP celebraram o Contrato de Gestão, com a interveniência do CEIVAP, que tem por objeto o exercício de funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. A bacia do rio Paraíba do Sul foi a primeira a ter uma entidade delegatária de funções de Agência de Água no Brasil.

É fundamental a observância quanto à questão da figura jurídica da entidade a quem foram delegadas as funções de Agência de Água. No caso da AGEVAP, trata-se de uma Associação, porém as entidades delegatárias das funções de Agências de Água podem ter outras formas.

A concepção moderna de descentralização hídrica, para se tornar operacional, necessitava de um marco legal que legitimasse as decisões referentes à utilização, preservação e recuperação das águas, considerando os usos múltiplos, tornando as decisões dos Comitês de Bacia exequíveis.

O Contrato de Gestão, no âmbito do Gerenciamento de Recursos Hídricos, tem sido considerado um elemento estratégico cuja finalidade básica é possibilitar à ANA fixar metas e prazos de execução a serem cumpridos pela entidade delegatária, a fim de permitir melhor controle de resultados.

A Lei 10.881/2004, quanto a esse tema, traz que: “A Agência Nacional de Águas – ANA poderá firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades sem fins lucrativos que se enquadrem no disposto pelo art. 47 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que receberem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, previstas nos artigos 41 e 44 da mesma Lei, relativas a recursos hídricos de domínio da União.”

É estabelecido um conteúdo mínimo nos Contratos de Gestão, conforme artigo 2º da Lei 10.881/2004, e a complementação, que deve considerar as peculiaridades de cada bacia hidrográfica, fica a critério da ANA. Quando especificada uma proposta de programa de trabalho, devem ser previstas metas a serem atingidas e respectivos prazos para execução, que serão avaliadas através de indicadores de desempenho (artigo 2º, inciso I). Conforme artigo 8º daquela lei, há previsão de rescisão do Contrato de Gestão constatado o descumprimento do estabelecido no mesmo. Como o referido Contrato tem como “unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” a bacia hidrográfica, a execução das metas e resultados segue o mesmo princípio, não se atendo a Municípios ou Estados específicos.

Para execução das atribuições previstas às Agências de Água, a ANA, conforme artigo 4º da referida Lei, transferirá às entidades delegatárias recursos financeiros provenientes da cobrança pelos usos de recursos hídricos, arrecadados na respectiva bacia hidrográfica, para cumprimento do Contrato de Gestão, conforme fluxo descrito na *figura 5*.

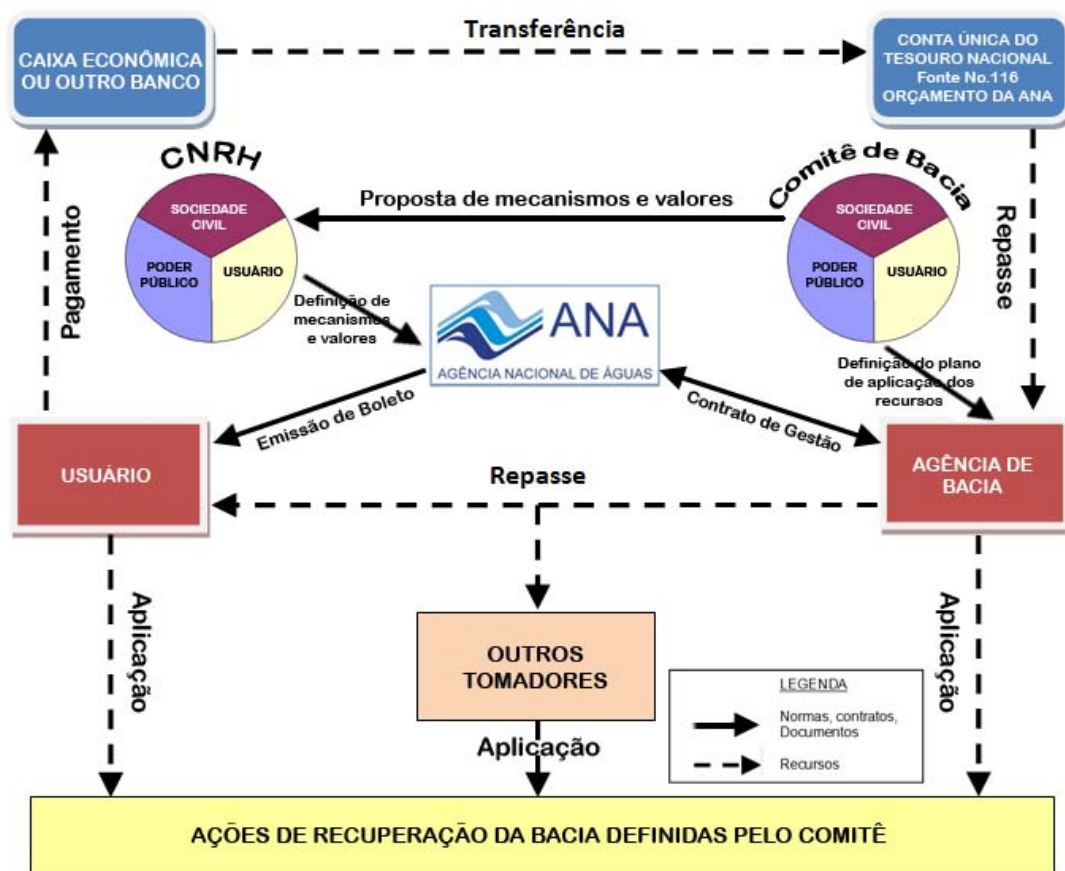


Figura 4: Fluxo financeiro da cobrança pelo uso da água. (ANA: 2009)

1ª REVISÃO DA COBRANÇA

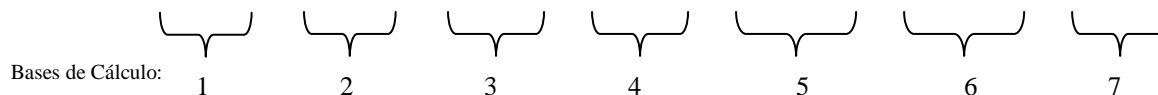
A Deliberação CEIVAP nº 65, de 28 de setembro de 2006, estabeleceu mecanismos e propôs novos valores para a cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul, a partir de 1º de janeiro de 2007.

A nova metodologia da cobrança, conforme Relatório de Cobrança da ANA (2007), considera os seguintes aspectos:

- 1º) Volume anual de água captada do corpo hídrico: “Q_{cap}”;
- 2º) Volume anual de água captada e transposta para outras bacias: “Q_{transp}”
- 3º) Volume anual lançado no corpo hídrico: “Q_{lanç}”
- 4º) Volume anual de água consumida (diferença entre o volume captado e o lançado) do corpo hídrico: “Q_{cons}”
- 5º) Carga orgânica lançada no corpo hídrico: “CO_{DBO}”

A fórmula para o cálculo da cobrança adotada a partir da 1ª revisão, devido à sua complexidade e para melhor entendimento, será desmembrada em 7 (sete) bases de cálculo:

Valor Total = (Valor cap + Valor cons + Valor DBO + Valor PCH + Valor Rural + Valor Transp) x K Gestão



Bases de Cálculo:

1.) CAPTAÇÃO: **Valor cap = Qcap X PPUcap X Kcap classe**

Onde:

Valor cap = pagamento anual pela captação de água;

Qcap = volume anual de água captado;

PPUcap = Preço Público Unitário para captação superficial;

Kcap classe = coeficiente que considera a classe de enquadramento do corpo hídrico onde é feita a captação.

2.) CONSUMO: **Valor cons = (QcapT – QlançT) X PPUcons X (Qcap / Q capT)**

Onde:

Valor cons = pagamento anual pelo consumo de água;

Qcap = volume anual de água captado;

QcapT = volume anual de água captado + captados diretamente em redes de concessionárias de distribuição de água;

QlançT = volume anual de água lançado total em corpos d'água ou redes públicas de coleta de esgoto;

PPU cons = Preço Público Unitário para consumo de água R\$/m³.

3.) DBO: **Valor DBO = CODBO X PPU DBO**

Onde:

Valor DBO = pagamento anual pelo lançamento de carga de DBO;

CODBO = carga anual de DBO efetivamente lançada em kg;

PPUDBO = Preço Público Unitário de carga de DBO.

4.) Valor PCH: **Valor PCH = GHefetivo X TAR X P**

Onde:

Valor PCH = pagamento anual pelo uso da água para geração hidrelétrica em PCHs (pequenas centrais hidrelétricas);

GHefetivo = energia anual efetivamente gerada, em MWh, pela PCH;

TAR = Tarifa Atualizada de Referência, em R\$/MWh, relativa à compensação pela utilização da água;

P = percentual de 0,75% definido pelo CEIVAP a título de cobrança sobre a energia gerada.

5.) Valor Rural (Agropec): **Valor Agropec = (Valor cap + Valor cons) X K Agropec**

Onde:

O valor da cobrança pela captação e pelo consumo da água para usuários do setor agropecuário será efetuado de acordo com a equação acima, sendo "K Agropec" o coeficiente que leva em consideração as boas práticas de uso e conservação da água no imóvel rural, que será igual a 0,05 (cinco centésimos).

6.) Valor Transp:

Onde:

Conforme Deliberação CEIVAP nº 52/2005, de 16 de setembro de 2005, o valor de cobrança pelo uso das águas captadas e transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu corresponde a 15% (quinze por cento) dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água bruta na bacia do rio Guandu.

7.) K Gestão:

Onde:

Esse coeficiente considera o efetivo retorno dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água nos rios de domínio da União à bacia e será igual a 1 (um) ou igual a 0 (zero). É um mecanismo que suspende o sistema de cobrança (anulando os valores cobrados; se igual a “0”), em caso de rompimento do contrato de gestão entre a ANA e a AGEVAP, e ou quando da não inclusão dos valores cobrados na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União, dentre aquelas isentas de limites de empenho, conforme Deliberação 65/2006 do CEIVAP.

Utilizados nas bases de cálculo, o “PPU” e o coeficiente multiplicador “K_{cap} classe” encontram-se discriminados nas **tabelas 4 e 5**:

Tabela 4: Preço Público Unitário na nova metodologia (2007)

Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor (R\$)
Captação de água bruta	PPU _{cap}	R\$/m ³	0,01
Consumo de água bruta	PPU _{cons}	R\$/m ³	0,02
Lançamento de carga orgânica DBO	PPU _{DBO}	R\$/kg	0,07

Tabela 5: Valores de K_{cap} classe

Classe de Uso do Corpo D'Água	K _{cap} classe
1	1,0
2	0,9
3	0,9
4	0,7

Outra questão estabelecida na 1ª Revisão da metodologia da cobrança, conforme consta na Deliberação CEIVAP Nº 70, refere-se à adoção do mecanismo diferenciado de pagamento pelo uso da água na bacia:

“A parcela referente ao lançamento de carga orgânica poderá ser paga por meio de investimentos em ações de redução da carga orgânica lançada que resultem na efetiva melhoria da qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Os usuários públicos ou privados poderão pleitear pagamento diferenciado do valor devido ao lançamento de carga orgânica em um exercício, por meio de investimentos pré-aprovados pelo CEIVAP e efetivamente realizados no exercício anterior com recursos próprios ou onerosos nas ações previstas no caput, não sendo permitido o acúmulo de créditos para os exercícios subsequentes. O pagamento diferenciado está limitado a, no máximo, 50% do valor devido ao lançamento de carga orgânica a ser pago no exercício pelo respectivo usuário. Os investimentos nas ações previstas deverão ter por objeto obras de construção, ampliação ou modernização de Estações de Tratamento de Efluentes e respectivos Sistemas de Transporte de Efluentes, não sendo aceitos aqueles destinados somente à construção de redes coletoras.”

2ª REVISÃO DA COBRANÇA (EM PROCESSO DE DISCUSSÃO)

No ano de 2009, conforme Deliberação CEIVAP nº 65, teve início o processo de elaboração de estudos para aperfeiçoamento da metodologia da cobrança, através da contratação de uma consultoria especializada, que previa contemplar os seguintes temas:

1. Aperfeiçoamento da cobrança do setor de extração mineral;
2. Redefinição dos usos insignificantes;
3. Metodologia específica para o setor de saneamento;
4. Cálculo de valores de **K_{consumo}** (coeficiente ponderador) considerando as boas práticas de uso e conservação da água na propriedade rural;
5. Cálculo de valores de **K_{agropecuária}** (coeficiente ponderador) considerando as boas práticas de uso e conservação da água na propriedade rural;
6. Estudo de viabilidade de implantação de peso atribuído às boas práticas de uso e conservação de água para os setores sujeitos à cobrança (**K_{setorial}**);
7. Estudo de cobrança pela vazão de diluição considerando DBO e outros parâmetros relevantes para a qualidade de água na bacia.

Visto que os estudos concluídos pela consultoria ainda estão em processo de discussão, não foi possível a divulgação de suas recomendações quanto ao aperfeiçoamento da metodologia da cobrança.

Considerando que as informações mais recentemente obtidas foram extraídas das Atas das 2ª e 3ª Reuniões Extraordinárias da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, realizadas nos dias 24 de março e 19 de abril de 2011, cabe observar que as mesmas ainda poderão sofrer alterações.

A seguir serão abordados os PRINCIPAIS PONTOS, a PROPOSIÇÃO DA CONSULTORIA especializada elaboradora do estudo e as CONTRIBUIÇÕES da CTC, sem a citação de setores e/ou representações.

➤ **CADASTRO E COBRANÇA**

CTC:

É necessário ampliar o cadastro dos usuários e aumentar a base de arrecadação, ao invés de aumentar o custo para quem já paga. Sobre a questão arrecadatória, foi observado que existe um problema concreto de qualidade da água na bacia do Paraíba do Sul e que a cobrança não está arrecadando o suficiente para reduzir o passivo da bacia.

CONSULTORIA:

O relatório indica que, mesmo havendo um sistema de cobrança pelo uso da água, também há uma premissa de que os usuários não sejam impactados significativamente pela cobrança. Dessa forma, perde-se o conceito da cobrança como indutor da racionalidade do uso, e a arrecadação passa a ser muito singela com relação às necessidades de investimento na bacia.

➤ **PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO (PPU)**

CTC:

É preciso viabilizar a efetiva aplicação dos recursos, antes de se propor ajustes no PPU (Preço Público Unitário), pois a AGEVAP não desembolsou na integralidade o total arrecadado com a cobrança devido a procedimentos que precisam ser adotados para assinatura de contratos, prestação de contas, entre outros. Porém, foi considerado importante aumentar o valor do PPU, após oito anos sem reajuste efetivo. Trata-se de uma proposta de recomposição de perdas e não de aumento de valor real.

➤ **NOVOS PARÂMETROS**

CTC:

A inserção de novos parâmetros ou mecanismos de cobrança deve ter como base dados atualizados da situação da qualidade da água na bacia, para identificar parâmetros prioritários que poderiam ser inseridos. É necessário estruturar o monitoramento e a implantação e operacionalização do Sistema de Informação, para subsidiar este tipo de iniciativa. Considerando que ainda não se conseguiu resolver problemas associados ao esgoto doméstico e cargas difusas, é prematuro fazer alterações na metodologia de cobrança em vigor. Porém foi considerado que a ampliação do número de parâmetros de qualidade considerados na metodologia de cobrança, além da DBO, é importante para a consolidação da cobrança na bacia como instrumento de gestão de recursos hídricos.

➤ **VAZÃO DE DILUIÇÃO**

CTC:

A utilização da vazão de diluição é também prematura, uma vez que há necessidade de se ter um aprimoramento prévio da implantação dos demais instrumentos de gestão da água (cadastro, outorga e Sistema de Informação – que são base para o instrumento enquadramento). Ou seja, é preciso alocar esforços em questões estruturais para subsidiar qualquer novo mecanismo, que tenha como base dados de quantidade e qualidade local e dados de referência.

CONSULTORIA:

Não foi feito o estudo de cobrança pela vazão de diluição considerando DBO e outros parâmetros relevantes para a qualidade de água na bacia porque a introdução da vazão de diluição não contou com o respaldo dos representantes dos usuários.

➤ **CONSUMO**

CTC:

Recomenda-se que seja mantida, na metodologia de cobrança, a parcela de consumo, que é simples e bem aceita.

CONSULTORIA:

Foi sugerida a exclusão da parcela de “consumo” caso fossem adotados outros parâmetros.

➤ **SANEAMENTO**

CONSULTORIA:

Com relação à metodologia de cobrança específica para o setor de Saneamento, foi proposta a introdução de um fator de estímulo ao tratamento de esgotos.

➤ **MINERAÇÃO**

CTC:

É considerada relevante a ampliação da cobrança para os demais usuários do setor de mineração, além da mineração de areia

CONSULTORIA:

Não foi possível propor metodologia para outros usuários de água no setor de extração mineral, além dos extratores de areia, porque não foram encontrados dados que permitissem sua inserção no sistema de apoio à cobrança pelo uso de água na bacia do Paraíba do Sul, mesmo que de forma estimativa.

➤ **BOAS PRÁTICAS USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA**

CONSULTORIA:

Sobre a atribuição de peso às boas práticas de uso e conservação de água, a conclusão é que principalmente os setores do Saneamento e da Indústria poderão se beneficiar com a adoção de critérios mais elásticos de estímulo ao tratamento de efluentes.

➤ **MEIO RURAL**

CTC:

Os usuários do setor agropecuário que utilizam intensivamente a água, com tecnologia perdulária, com quantidades significativas de fertilizantes, deveriam começar a ter tratamento diferenciado dentro do setor.

CONSULTORIA:

Inseriu-se uma nova visão para as boas práticas, baseada no Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas.

➤ **MOBILIZAÇÃO**

CTC:

É necessário promover a harmonização de metodologia e valores no âmbito da bacia. A adoção de nova metodologia deve ser acompanhada de ampla divulgação entre os Comitês Estaduais.

➤ **SÓLIDOS DISSOLVIDOS TOTAIS (SDT)**

CTC:

Com relação à introdução do novo parâmetro SDT, verifica-se que a metodologia proposta sobrecarrega um único usuário, que pagaria mais de 98% da arrecadação da parcela SDT. Verifica-se também que ela não é operacional, pois não há campo de informação de SDT no CNARH.

CONSULTORIA:

Quanto à introdução dos SDT é sugerido que haja uma contribuição para aumento da eficiência do uso de água, ao penalizar não apenas um poluente (o sistema de apoio à cobrança pelo uso de água na bacia do Paraíba do Sul permite a consideração de até 8 tipos de poluentes na formulação).

➤ **INDÚSTRIA**

CONSULTORIA:

Sobre a metodologia de cobrança específica para o setor industrial, foi considerado que dados sobre uso de água (captação, consumo e lançamentos de poluentes) são as melhores formas de avaliar a eficiência de uso. Também foi proposta a introdução do fator de estímulo ao tratamento de esgotos.

➤ **USOS INSIGNIFICANTES**

CONSULTORIA:

Quanto aos usos insignificantes, os estudos concluíram que, por serem de pequena monta e isoladamente não afetarem os balanços hídricos, em quantidade e em qualidade, não deve sofrer alterações. Se se passasse a cobrar daqueles usuários hoje enquadrados na faixa de uso insignificante, os custos de faturamento superariam a arrecadação pretendida; e seus usuários teriam dificuldades de cumprir com as demandas de informação e os trâmites necessários para a obtenção da correspondente outorga de direitos de uso. O representante da Gama Engenharia disse, também, que não foi proposta alteração do uso insignificante estabelecido atualmente, pois se considerou que, se fosse alterado, iria atingir os pequenos agricultores, os quais impactam pouquíssimo a bacia.

SOBRE ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS (2004 A 2010)

O processo de implantação da cobrança pelo uso da água ganhou força após a aprovação do Plano de Recursos Hídricos para a Bacia. Este documento, a partir do diagnóstico da Bacia, é o instrumento direcionador das ações a serem adotadas para a gestão. Nesses termos, o repasse dos recursos arrecadados pela ANA é feito anualmente, à AGEVAP cujas atividades-fim, conforme preconiza o Capítulo IV da Lei das Águas, abrangem toda forma de gerenciamento dos recursos da cobrança quanto à sua aplicação, principalmente, em estudos, projetos e obras.

Como forma de destinação destes recursos, o CEIVAP, por meio de deliberação, estabelece a elaboração de um Manual de Investimentos, mais recentemente denominado “Manual de Orientação ao Proponente”, para orientação quanto à aplicação dos recursos arrecadados anualmente. Uma das orientações, definida no orçamento, é quanto ao percentual dos recursos que será destinado a dois tipos de ações: estruturantes (ações de gestão e planejamento: projetos de engenharia, educação ambiental, capacitação, mobilização e comunicação social, estudos e programas) e estruturais (obras e serviços de engenharia, além de intervenções como reflorestamento), considerando o proposto no Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

O Manual de Orientação ao Proponente, elaborado pela Câmara Técnica Consultiva do Comitê, torna públicas as condições a serem seguidas pelas instituições para submissão de propostas de projetos que beneficiem a Bacia. As propostas selecionadas recebem recursos financeiros para execução do projeto a “fundo perdido”, ou seja, o recurso financeiro é disponibilizado sem perspectiva de retorno à concedente.

As propostas são enviadas à AGEVAP, Secretaria Executiva do CEIVAP, para análise das viabilidades institucional, fiscal, jurídica e técnica. Quando da conclusão, são emitidos relatórios e laudos indicando os projetos e obras passíveis de financiamento.

A relação das propostas habilitadas é encaminhada ao Comitê, que define as propostas prioritárias para a bacia que receberão recursos financeiros, considerando as proposições técnicas do Plano de Recursos Hídricos e as articulações políticas vigentes. Definidos os projetos e obras a serem contemplados é feito um contrato de repasse entre a AGEVAP e a “instituição tomadora dos recursos”, com a interveniência da Caixa Econômica Federal que acompanha a execução dos mesmos, conforme priorização do Comitê. Neste processo a AGEVAP, com o auxílio da fiscalização da Caixa Econômica Federal, acompanha a execução dos contratos e realiza repasses dos valores previstos nos projetos ao longo da execução, até a conclusão dos mesmos.

O valor médio anual repassado da ANA à AGEVAP é de R\$ 12 milhões de reais e, na atualidade, o foco principal que norteia as ações da ANA, CEIVAP e AGEVAP é o abatimento de carga orgânica, apontado no Plano de Recursos Hídricos da Bacia em vigor (2007 a 2010) como principal fonte poluidora.

Tabela 6: *Repasse dos recursos financeiros arrecadados pela ANA à AGEVAP (Período: 2004 a 2010)

AÇÃO/ ANO	IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	NÃO-ESTRUTURAIS PRIORITÁRIAS	GESTÃO	PLANEJAMENTO	ESTRUTURAIS	TOTAL por Ano
2004	563.916,00	0,00	0,00	717.000,00	5.229.724,00	6.510.640,00
2005	750.000,00	999.996,00	1.155.000,00	1.515.796,73	1.782.000,00	6.202.792,73
2006	491.909,68	983.819,32	173.152,20	863.793,36	4.046.120,94	6.558.795,50
2007	549.672,74	1.099.345,48	455.751,30	774.540,71	4.449.359,70	7.328.669,93
2008	547.722,61	1.095.445,24	255.603,89	2.921.187,30	2.483.009,21	7.302.968,25
2009	796.221,56	1.592.443,10	371.570,04	4.246.514,93	3.609.537,70	10.616.287,33
2010	934.893,14	1.869.786,27	436.283,46	4.986.096,72	4.238.182,19	12.465.241,78
TOTAL POR AÇÃO	4.634.335,73	7.640.835,41	2.847.360,89	16.024.929,75	25.837.933,74	56.985.395,52

* O valor não contempla os rendimentos financeiros.

Tabela 7: Recursos destinados às Ações Estruturais por Deliberação do CEIVAP.

Ações/Valores	PROJETOS ESTRUTURAIS					
Ano	ESTRUTURAL 2004	ESTRUTURAL 2005	ESTRUTURAL 2006	ESTRUTURAL 2008	ESTRUTURAL 2009	TOTAL
Deliberação/ Data	DN nº 30/ 23nov2004	DN nº 50/ 23ago2005	DN nº 60/ 18abr2006	DN nº113/ 16jun2009	DN nº 130/ 03mar2010	(2004 a 2009)
Nº Projetos Aprovados	Aprovados: 11	Aprovados:31	Aprovados:49	Aprovados: 4	Aprovados:7	
Valor CEIVAP	2.967.588,00	5.130.000,00	6.544.309,91	715.602,65	7.112.008,69	22.469.509,25

Tabela 8: Recursos destinados às Ações de Planejamento por Deliberação do CEIVAP.

Ações/Valores	PROJETOS DE PLANEJAMENTO					
Ano	PLANEJAMENTO 2004	PLANEJAMENTO 2005	PLANEJAMENTO 2006	PLANEJAMENTO 2008	PLANEJAMENTO 2009	TOTAL
Deliberação/ Data	DN nº 30/23nov2004	DN nº 50/23ago2005	DN nº 60/18abr2006	DN nº113/16jun2009	DN nº 130/03mar2010	(2004 a 2009)
Nº Projetos Aprovados	Aprovados: 0	Aprovados: 18	Aprovados: 24	Aprovados: 14	Aprovados: 27	
Valor CEIVAP	0,00	1.423.934,06	1.195.854,33	472.184,47	8.631.946,83	11.723.919,69

Tabela 9: Recursos destinados às Ações de Gestão por Deliberação do CEIVAP.

Ações/Valores	PROJETOS DE GESTÃO		
Ano	GESTÃO 2005	GESTÃO 2009	TOTAL
Deliberação/ Data	DN nº 50/23ago2005	Aprovados: 1	(2005)
Nº Projetos Aprovados	Aprovados: 27		
Valor CEIVAP	1.122.872,90	442.169,99	1.565.042,89

O Manual de Orientação ao Proponente de 2011 disponibilizou aproximadamente R\$ 31,5 milhões em recursos financeiros da cobrança federal para ações de preservação e recuperação da bacia e, até o encerramento do prazo previsto para o envio (maio), foram recebidas 77 propostas que serão analisadas quanto à documentação institucional e viabilidade técnica pela AGEVAP e, posteriormente, hierarquizadas pelo CEIVAP.

AVANÇOS E DESAFIOS DO PROCESSO DE COBRANÇA NO SISTEMA CEIVAP/AGEVAP

Como o sistema está em permanente construção e evolução, apesar de ter sido iniciado desde a instituição do CEIVAP (1996) e a promulgação da Lei das Águas (1997), os avanços e desafios são constantes.

Dentre as mais recentes conquistas relacionadas à cobrança, podem ser citadas:

a) Previsão de recebimento dos recursos financeiros da CSN que, desde o início do processo, depositava seus pagamentos em juízo:

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a maior usuária de água da bacia do rio Paraíba do Sul, realizava os depósitos para pagamento pelo uso da água em juízo desde o início da cobrança.

O processo nº 2003.51.01.024286-6 movido pela CSN se iniciou em 2003 quando a empresa entrou com uma ação cautelar e uma ação ordinária que tinha como objetivo “o depósito judicial dos valores pagos a título de cobrança pelo uso da água da Bacia do Rio Paraíba do Sul” e como réus a União Federal e a Agência Nacional de Águas.

Outra ação cautelar, contra os mesmos réus (processo: 2003.51.01.027538-0), tinha como objeto “a indignação pelo pagamento do preço público, com destinação determinada, sabendo que o mesmo poderia ser desviado de sua finalidade, em razão do contingenciamento.”

Em janeiro de 2006, diante da edição da Lei Federal 10.881, de 09 de junho de 2004, onde, em seu artigo 4º é previsto que as receitas da cobrança pelos usos dos recursos hídricos de domínio da União, arrecadados nas bacias hidrográficas, serão transferidos para as mesmas, foi verificado pela Justiça que o objetivo das ações foram atingidos com a referida lei – que não haveria contingenciamento - e a sentença foi a extinção das ações movidas pela empresa.

No dia 14 de setembro (2009) foi firmado um acórdão desprovido a apelação impetrada pela CSN que questionava a decisão de 1ª instância quanto ao pagamento anual da cobrança pelo uso da água na bacia. (FONTE: Pelas Águas do Paraíba, Ano III, Edição Nº 3, Setembro/2009 - pg 22-23)

Segundo a Assessoria Jurídica da AGEVAP, atualmente a CSN realiza os pagamentos diretamente à ANA e está em processamento o recebimento dos recursos depositados em juízo.

b) Contratos de Gestão celebrados entre AGEVAP e INEA para administração e aplicação dos recursos financeiros dos Comitês de Bacias afluentes do estado do Rio de Janeiro e do Comitê do rio Guandu.

Em 2009, foi iniciado um diálogo com representantes do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, objetivando desempenhar a função de Agência de Bacia dos Comitês Fluminenses: Médio Paraíba do Sul, Baixo Paraíba do Sul, Piabanha e Rio Dois Rios e do rio Guandu.

Após um período de negociação entre AGEVAP e INEA, foi promulgada a Lei nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010, do Estado do Rio de Janeiro, análoga à Lei Federal 10.881/2004, que “dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado.” Prevê, ainda, que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ aprove os Contratos de Gestão, o que, no caso dos Comitês Estaduais anuentes da AGEVAP ocorreu em período anterior à assinatura do Contrato de Gestão celebrado em 05 de julho de 2010. A vigência desse Contrato de Gestão é de 5 anos, podendo ser prorrogado, e suas metas e indicadores têm como referência aqueles utilizados no Contrato de Gestão firmado entre ANA e AGEVAP.

O Contrato de Gestão celebrado entre a AGEVAP e o Comitê Guandu foi assinado em 18 de outubro de 2010 e segue os mesmos preceitos daquele citado anteriormente.

A assinatura de Contratos de Gestão entre entidades delegatárias de funções de agência com órgãos gestores tanto federais quanto estaduais fortalece o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos na

Bacia do Rio Paraíba do Sul e Bacias Afluentes devido ao estreitamento do relacionamento entre os atores e à otimização de recursos técnicos, financeiros e operacionais.

c) Previsão de recebimento dos recursos financeiros da transposição para a bacia do rio Guandu

Em 4 de novembro de 2002, o CEIVAP, por meio da Deliberação nº 15, determinou que para a cobrança dos usos de recursos hídricos para a transposição do rio Paraíba do Sul para a bacia do Guandu, deveriam ser negociados critérios a serem aprovados no âmbito da ANA, do Governo do estado do Rio de Janeiro, do CEIVAP e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.

Conforme disposto no artigo 1º da Deliberação CEIVAP nº 52/2005, ficou definido como valor para a cobrança pela transposição para a bacia do rio Guandu aquele correspondente a 15% (quinze por cento) dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água bruta na bacia hidrográfica do rio Guandu. Cabe observar que essa definição resultou de um acordo provisório visando à efetivação da arrecadação e os mecanismos para a sua aplicação.

Em 29/12/2010 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2010 referente à transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu. Os recursos repassados à AGEVAP, advindos da transposição, somam aproximadamente R\$ 1,8 milhões.

d) A possibilidade de inserção de outros parâmetros na formulação da cobrança (proposição feita nos “Estudos para Aperfeiçoamento da Metodologia da Cobrança”)

Apesar do receio dos usuários quanto à possibilidade de inserção de novos parâmetros ou mecanismos de cobrança os onerar, essa é uma tendência própria da evolução do processo que, em algum momento, será efetivada.

Os maiores desafios identificados estão relacionados, principalmente, ao aperfeiçoamento da metodologia da cobrança, o que inclui a revisão dos valores e parâmetros praticados atualmente e à aplicação integral dos recursos, recebidos anualmente através da arrecadação, em projetos.

CONCLUSÕES

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul evolui inegavelmente e, desde o início da discussão, há uma década, diversos avanços podem ser percebidos, como:

- ✓ Criação e reconhecimento da AGEVAP, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como sendo Agência de Água do CEIVAP;
- ✓ Promulgação da Lei 10.881/04 que estabelece o Contrato de Gestão como instrumento jurídico que possibilita o repasse dos recursos financeiros da cobrança através de um acordo entre a ANA e a AGEVAP, com a anuência do CEIVAP;
- ✓ Reconhecimento da necessidade de pagamento também pela transposição de águas para o rio Guandu e repasse dos recursos através de Contrato de Gestão firmado entre AGEVAP e INEA;
- ✓ Reuniões e discussões que contam com a participação dos mais diversos setores, poder público e sociedade civil sobre as revisões necessárias à metodologia da cobrança;
- ✓ Recebimento dos recursos financeiros da Companhia Siderúrgica Nacional que, até 2009, eram depositados em juízo;
- ✓ Celebração de outros dois Contratos de Gestão para gerenciamento de recursos da cobrança do Estado do Rio de Janeiro e do Comitê Guandu, ratificando o papel da AGEVAP como Agência da Bacia do rio Paraíba do Sul, tanto federal quanto estadual.

É notório, porém, que tal evolução e o intento de atender às premissas da Lei das Águas esbarram, principalmente, na impossibilidade de atribuir à água o valor econômico que verdadeiramente possui como insumo em processos produtivos variados e na dificuldade de aplicação dos recursos financeiros da cobrança nos projetos devido à falta de preparo por parte dos tomadores em submetê-los, além da dificuldade destes no seu gerenciamento e cumprimento de exigências contratuais.

Diante do exposto e, considerando que se a bacia necessita de, aproximadamente, R\$ 4 bilhões em investimentos para sua recuperação e contamos com uma arrecadação média de R\$ 12 milhões anuais, de que forma atingiremos nosso objetivo?

Essa é a grande questão que se coloca e que deveria balizar todas as discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul – Relatório 2009 http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/CobrancaUso/_docs/Relat_de_Cobranca_PBS_2009.pdf
2. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Nota Técnica nº 051/2009/SAG. Fluxo Financeiro da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, segundo o arranjo institucional hoje estabelecido para as bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul e do PCJ. Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos. Brasília. Maio. 2009.
3. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Relatório de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos. Brasília. 2007^a.
4. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, FUNDAÇÃO COPPETEC - LABORATÓRIO DE HIDROLOGIA E ESTUDO DE MEIO AMBIENTE DA COPPE/UFRJ. Projeto Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Diretrizes e Critérios de Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos. PGRH-RE-010-R0. Volume 7. Julho. 2002.
5. AGEVAP PUBLICAÇÕES. Cobrança pelo uso da água bruta na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Resende, 2007.
6. CARVALHO, G. B.; ACSELRAD, M. V. & THOMAS, P. T. A cobrança pelo uso da água nas bacias dos rios Paraíba do Sul e PCJ em 2006: avaliação e evolução. http://www.ana.gov.br/cobrancauso/_pdfs/ArtigoABRHIFinal.pdf
7. CEIVAP. Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2001 do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Campos dos Goytacazes. Março. 2001.
8. CEIVAP. Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Resende. Março. 2011.
9. CEIVAP. Pelas Águas do Paraíba – Ano III, Edição nº 3. Setembro/2009. <http://www.ceivap.org.br/downloads2009/revista3.pdf>
10. CEIVAP. Pelas Águas do Paraíba – Ano V. Edição nº 6. Maio/2011.
11. FACIOLI, M. C. O financiamento de ações com recursos da cobrança pelo uso da água e a mensuração de seus resultados sobre recuperação e preservação: o caso da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. II Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: Recuperação de Áreas Degradadas, Serviços Ambientais e Sustentabilidade. Taubaté/SP. Dezembro. 2009.
12. FACIOLI, M. C. & SIMÕES, F. A. Contratos de Gestão entre poder público e entidades delegatárias de funções de agência de água – Estudo de Caso da AGEVAP. 2º Simpósio – Experiências em Gestão dos Recursos Hídricos por Bacia Hidrográfica. Atibaia/SP. 2010.
13. FUNDAÇÃO COPPETEC. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul – Volume 7: Diretrizes e Critérios de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. Julho. 2002. <http://www.ceivap.org.br/downloads/pgrh-re-010-r0-vol7.pdf>
14. JOHN, L. & MARCONDES, P. O valor da água. Primeiros resultados da cobrança nas Bacias PCJ. Carmirim Editorial. 2010.
15. JOHNSON, R. M.; CAMPOS, J. D.; MAGALHÃES, P. C.; CARNEIRO, P. R.; PEDRAS, E. S.; THOMAS, P. T. & MIRANDA, S. F. A construção do pacto em torno da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul. XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Novembro. 2003.